



A Questão Armamentista no Brasil: uma análise econômica

The Guns Issue in Brazil: an economic analysis

Antonio Elias
Giovanna Sousa
Rebeca La-Rama

Resumo

Este artigo visa entender a questão armamentista no contexto brasileiro, abordando a estrutura legislativa do estatuto do desarmamento e do mercado brasileiro de armas. Além disso, serão abordados os sistemas de controle de armas dos outros países, as tendências mundiais e os verdadeiros interessados em uma potencial liberação de ambos os porte e posse de armas no Brasil.

Palavras-chave: Armamentismo; Brasil; Controle de armas.

Abstract

This article aims to understand the arms issue in the Brazilian context, approaching the structure of the disarmament statute and the Brazilian firearm market. Besides, here will be addressed the gun control system of other countries and the individuals that have the biggest interests on the gun liberation projects.

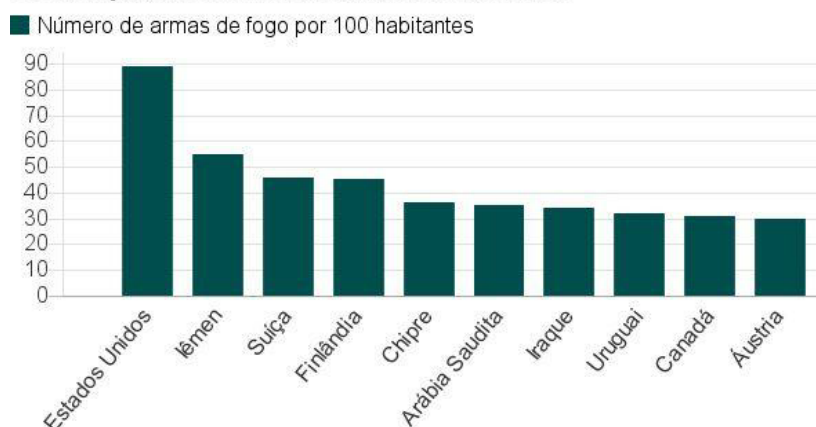
Keywords: Armamentism, Brazil; Gun control.

1. Introdução

Esse trabalho tem como referência e embasamento teórico: números e estudos sobre as políticas armamentistas no Brasil. Tais como o Atlas da Violência e a tese de doutorado de Daniel Cerqueira (2015), diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, acerca do impacto do estatuto do desarmamento na sociedade brasileira desde a sua vigência em 2003. Ademais, serão apresentadas as duas visões antagônicas sobre o mesmo tema - argumentos contra e pró-armamentos - que impactam tanto no âmbito “individual” (no caso da posse de armas, que consiste em mantê-la em sua residência) quanto no social (no caso do porte de armas, que permite ao cidadão portá-la em locais públicos). Dessa forma, convido os senhores(as) a uma leitura imparcial sem fins de beneficiar ou prejudicar qualquer esfera política. O trabalho objetiva fazer uma leitura clara sobre os estudos realizados, traduzindo-os às diferentes realidades de países com distintos históricos de violência e experiência na flexibilização de armas de fogo em território nacional. Logo, o intuito é demonstrar o impacto e as mudanças que o armamento traz na forma de organização e do pensamento do indivíduo no séc. XXI comparada com as demais dinâmicas globais.

É difícil não pensar na maior potência do mundo quando se fala em armamento, os EUA. De acordo com estudo feito em 2011 pela Small Arms Survey, o jornal da BBC comenta: “Mesmo que seja difícil saber exatamente quantas armas estão nas mãos de civis ao redor do mundo, seja qual for a estimativa, os Estados Unidos lideram de longe, com 270 milhões de unidades”

Os dez países com mais cidadãos armados



Fonte: Small Arms Survey (2011)

Os Estados Unidos, assim como a Suíça e a Áustria, fazem parte dos países cujas leis de armas são consideradas permissivas, onde as autoridades fornecem uma licença de arma de fogo para cidadãos comuns que atendem aos requisitos legais (podendo variar os requisitos de acordo com o local).

Outrossim, os EUA aparecem como um dos países com a cultura de posse de arma mais enraizada, o que se relaciona com seu processo de guerra civis e luta por direitos individuais. Nesse desenvolvimento global, há diferentes legislações, que podem ser inseridas em uma das três classificações entre os países e suas políticas sobre armas. Os países podem ser: permissivos, restritivos e emissários. As regras para posse e porte de armas variam ao redor do mundo em razão de aspectos culturais e da própria história de cada país, como as guerras. Sabe-se que repressão a milícias ou grupos paramilitares tendem a motivar mudanças nessas regras (O GLOBO, 2019).

Os países emissários, como Canadá e República Tcheca, apresentam uma série de restrições, como constam no Código Penal do Canadá as definições de arma restrita e de arma proibida e suas exceções. Há uma lista de armas de fogo restritas especificadas nos regulamentos do CP de 1º de dezembro de 1998 e esta inclui todas as armas de fogo que foram restringidas por uma antiga ordem no Conselho.

“As armas de fogo não restritas são rifles e espingardas que não são restritas nem proibidas. As armas longas mais comuns não são restritas, mas existem algumas exceções, conforme indicado nesta ficha técnica”. (RCMP - Royal Canadian Mounted Police)

Além disso, globalmente, as legislações nacionais na União Europeia e na Austrália são restritivas e também no Japão, que possui a política de desarmamento mais antiga do mundo: em 1558, durante o Xogunato Ashikaga, apenas os samurais podiam possuir espadas. Atualmente, a lei de armas do Japão começa afirmando que “ninguém deve possuir uma ou mais armas de fogo ou espada” e pouquíssimas exceções são permitidas. Os cidadãos são autorizados a possuir armas de fogo para caça e tiro esportivo, mas somente após um longo processo de licença. Diz Harry Low em sua reportagem na BBC:

“O Reino Unido, também um dos países mais restritivos do mundo, a polícia não carrega armas, com exceção da Irlanda do Norte. Os critérios para venda

de arma incluem análise de antecedentes criminais, entrevista domiciliar feita pela polícia, entrevista com conhecidos e verificação do local onde a arma será guardada”. (O GLOBO, 2019).

Logo, a fim de apresentar o processo de experiências políticas adotadas no país, este artigo será dividido em duas partes. Na primeira parte, será feita uma descrição histórica acerca das políticas de controle de armamentos e de desarmamento do Brasil de 1980 até hoje. Tratará-se do Estatuto do Desarmamento (2003) e seus efeitos e da CF/1988, Lei nº 292 (PL 1555/2003).

A segunda parte abordará: projetos de lei, os decretos D9.685, D9.785 e D9.797, o governo Bolsonaro, argumentos contra e pró-armamentistas, novos decretos D9.844, D9.845 e D9.846 e um novo projeto de lei.

2. As políticas de controle de armamentos até 2003

De 1980 até 2003, o Brasil era um país completamente permissivo diante do controle de armas. Qualquer pessoa com mais de 21 anos poderia comprá-las e portar consigo na rua, dentro do carro, bares, festas, parques e shopping centers.

“Aqui era possível, sem muita burocracia, comprar uma pistola ou um revólver em lojas de artigos esportivos, onde as armas ficavam em prateleiras na seção de artigos de caça, ao lado de varas de pesca e anzóis” (Gil Alessi, El País)

As empresas fabricantes de armas e munições, assim como ocorre nos Estados Unidos, financiaram campanhas de políticos com doações milionárias. Em termos de *lobby*, a NRA gasta, oficialmente, cerca de US\$ 3 milhões (R\$ 9,4 milhões) por ano (Center for Responsive Politics, BBC). A prática não se perdeu, entretanto. A indústria de armas - incluindo a ANIAM, a CBC e as empresas Taurus - doou quase R\$ 2,5 milhões a campanhas de parlamentares em abril de 2011 (PÚBLICA, 2019).

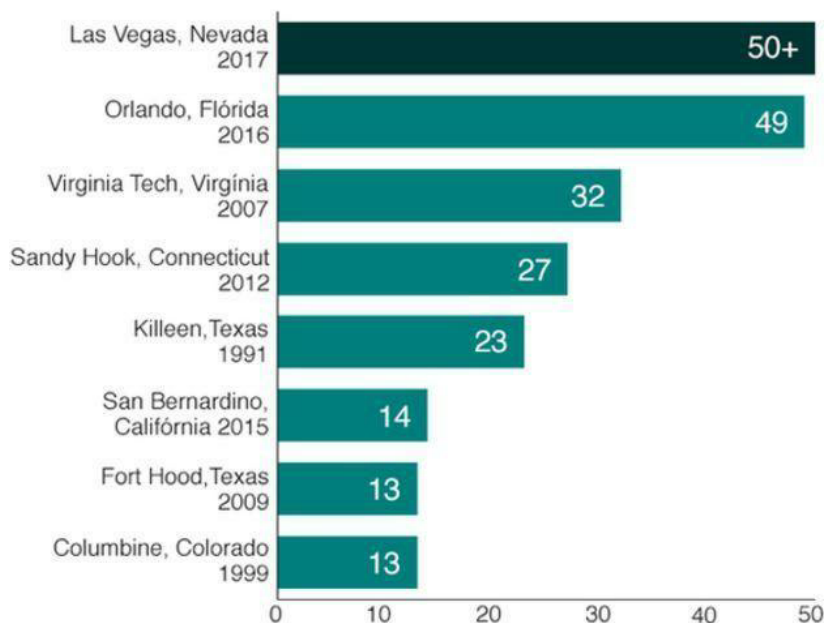
Após o Estatuto do Desarmamento — uma lei federal, derivada do projeto de lei nº 292 (PL 1555/2003) — que proíbe o porte de armas por civis, com exceção para os casos onde haja necessidade comprovada. Nesses casos, haverá uma duração previamente determinada e o indivíduo está sujeito à demonstração de sua necessidade em portá-la, com efetuação de registro e porte junto à Polícia Federal (Sinarm), para armas de uso permitido, ou ao Comando do Exército (Sigma), para armas de uso

restrito. Um exemplo dessas situações são as pessoas que moram em locais isolados, que podem requerer autorização para porte de armas para se defenderem. O porte pode ser cassado a qualquer momento, principalmente, se o portador for abordado com sua arma em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas e medicamentos que provoquem alteração do desempenho intelectual ou motor.

Gráficos de homicídios indicam as piores chacinas com armas de fogo que aconteceram em um país permissivo: os EUA. A imagem abaixo levanta números pertinentes, que devem ser analisados como instrumento de melhorias em políticas públicas.

Piores ataques com armas de fogo nos EUA desde 1991

Número de mortos

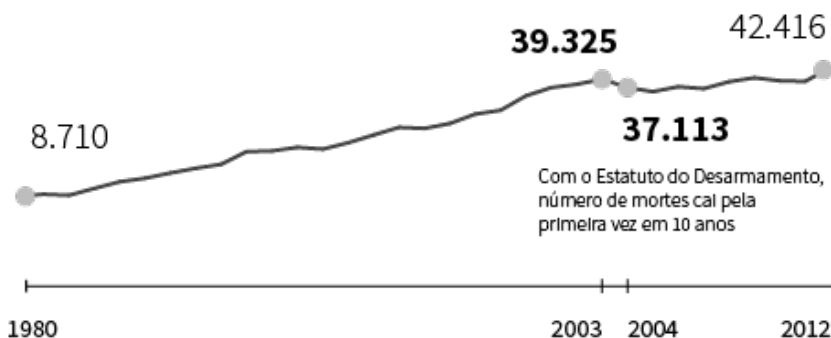


Fonte: FBI/Las Vegas Police

Segundo o Mapa da Violência (2015), mais de 880 mil pessoas morreram no Brasil vítimas de armas de fogo (homicídios, suicídios e acidentes) de 1980 a 2012. No último ano do levantamento, 42.416 pessoas morreram por disparos no país, o equivalente a 116 óbitos por dia. Como mostra o gráfico abaixo, no primeiro ano após a vigência do Estatuto do Desarmamento em 2004, houve uma redução de homicídios por armas de fogo, pela primeira vez depois de mais de uma década de crescimento -

passando de 39.325 mortes (2003) para 37.113 (2004).

Morte por Armas de Fogo de 1980 até 2012



Fonte: Mapa da Violência 2015.

Esse custo ainda é mais alto quando se percebe que o crescimento da violência atinge principalmente os jovens. Como observa Daniel Cerqueira, autor do presente estudo, se no período compreendido entre os anos de 1980 e 2012 a população teve um crescimento em torno de 61%, as mortes por arma de fogo cresceram 387%. Contudo, entre os jovens, esse percentual foi superior a 460%. Ou seja, mais jovens morrem por armas de fogo, apesar da redução inicial provocada pela aprovação do Estatuto do Desarmamento.

"Na última edição do Atlas, já havíamos apontado que esse estado apresentava a maior diferença na letalidade entre negros e não negros. Contudo, este fosso foi ampliado ainda mais em 2017, quando a taxa de homicídios de negros superou em 18,3 vezes a de não negros" (CERQUEIRA)

O técnico do Ipea, Daniel Cerqueira retrata, no Atlas da Violência (2019), um perfil das maiores vítimas e a gravidade se torna ainda maior quando se sabe que os alvos são, em sua maioria, jovens negros e pobres, vítimas do racismo estrutural e de políticas de segurança pública marcadas por operações policiais focadas na repressão e no enfrentamento, em oposição à preservação da vida.

Em regiões onde se adotou mais ênfase no controle de armas de fogo, conseguiu-se maior efetividade para a diminuição de homicídios. Sua tese de doutorado concluiu que 1% a mais de armas nas cidades faz com que a taxa de homicídios aumente em 2%.

Além disso, o resultado sugere que para cada 1% a mais de armas de fogo dentro das casas, os homicídios aumentam em 0,9%.

3. Atual governo

Em 2019, uma série de decretos foram publicados com o intuito de flexibilizar e aumentar a permissividade da política de controle de armas de fogo. A fim de embasar esses argumentos, algumas “falácias” pró-armamentos foram usadas: ferimento à liberdade de escolha, já que impede-se o cidadão comum de adquirir o objeto em questão; lei anti-democrática, tendo em vista que a população votou “não” no referendo de 2005 para acabar com a comercialização e produção de armas no Brasil; e, por fim, que a posse e o porte de armas dará ao cidadão o direito legal de se defender e, logo, haverá diminuição dos índices de violência em um cenário dominado pela ineficácia do Estado.

O Estatuto do Desarmamento não tenha opinião partidária, já que diversos integrantes dos altos cargos do governo contribuíram de diversas formas ao longo do tempo buscando sua validação. Além disso, deputados como Jean Wyllys (PSOL-RJ), o líder religioso pastor Silas Malafaia e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso mantêm-se na mesma linha de pensamento: a favor do estatuto. Apesar disso, atualmente no Brasil, tem-se uma visão limitada de que somente pessoas inclinadas a políticas de esquerda querem manter a população desarmada. Já a política de direita - liderada por políticos como o Presidente Jair Bolsonaro (PSL) - visaria a questão econômica voltada para o livre comércio com os Estados Unidos, baseando-se no intercâmbio militar e na ampliação do mercado de armas de fogo.

“A questão da arma de fogo não é uma questão conservadora ou progressista. Inundar a sociedade com armas de fogo é algo que diz respeito à segurança. E a segurança não é nem de direita nem de esquerda, é uma questão que envolve a vida das pessoas, independentemente da sua orientação política”, avalia o diretor executivo do Instituto Sou da Paz, MARQUES, Ivan (2015, p. 3).

Todos os decretos feitos pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (D9.685, D9.785, D9.797 e D9.844) foram revogados, exceto os D9.845 e D9.846. O objetivo aqui não é analisar o teor dos decretos, todavia, todos eles, em suma, procuraram

possibilitar as autorizações de posse e porte com maior flexibilidade, abrindo brechas na legislação, as quais foram prontamente contestadas judicialmente.

Em fevereiro de 2018, ocorreu a elaboração de um projeto de lei na Câmara e no Senado que propunha a revogação do Estatuto do Desarmamento, substituindo-o por outro: o Estatuto do Controle de Armas de Fogo, com restrições mais brandas. Algumas das principais alterações previstas eram:

- A licença para porte passaria a ser definitiva, e para qualquer cidadão com idade mínima de 21 anos (hoje essa idade é de 25 anos);
- Qualquer cidadão poderia ter legalmente uma arma, bastando atender a alguns requisitos básicos, como: ter emprego, possuir residência fixa e deter certificado de capacidade técnica. Armas estariam liberadas até para condenados na justiça por crimes, desde que o crime não seja doloso;
- A posse não ficaria mais restrita à residência ou ao ambiente de trabalho, mas se estenderia aos deslocamentos, inclusive em transporte público.

Por fim, o projeto acabou não sendo aprovado e implementado.

4. Taurus: monopólio, crise e disputa

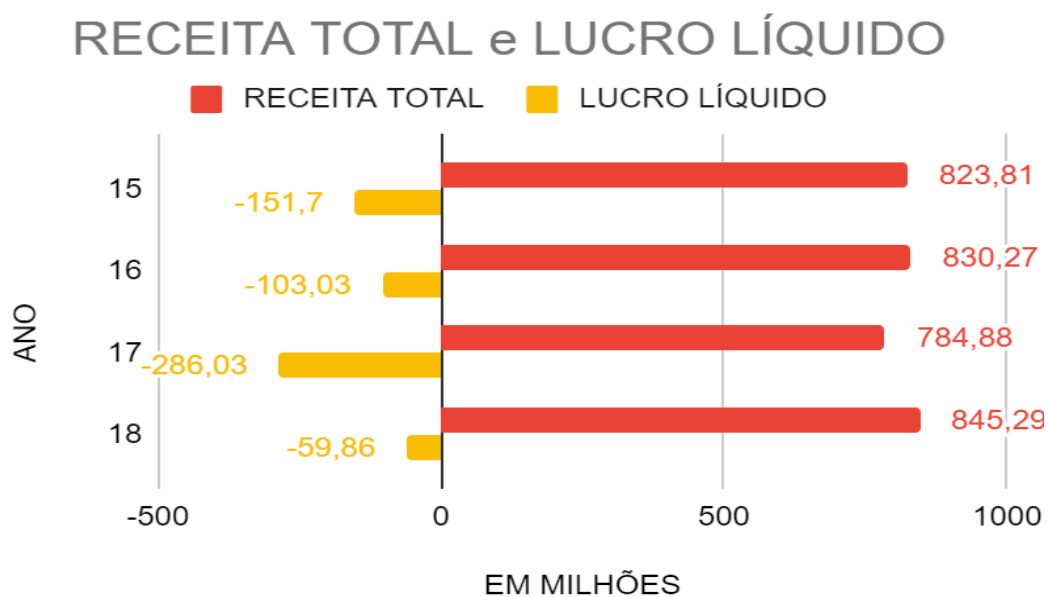
Pouco conhecida por grande parte da população, a *Taurus Armas* - apesar de ocupar local de destaque no mercado brasileiro e internacional de armamentos - frequentemente é ofuscada no debate acerca da questão armamentista no Brasil. É evidente, entretanto, que conhecer o mercado interno brasileiro é crucial para fazer previsões acerca do futuro do mercado armamentista no país. Portanto, um minucioso aprofundamento do histórico e da atual situação da empresa é fundamental para o entendimento do comércio de armas no país.

Conforme mostrado em seu próprio site, a Taurus foi fundada em 1939 no Rio Grande do Sul, em meio às políticas varguistas de incentivos à indústria nacional, e iniciou suas atividades com fabricação de máquinas visadas à confecção de armamentos. Entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a reabertura dos mercados brasileiros, a Taurus passou a fabricar revólveres e ferramentas manuais de modo a, em meados da década de 50, concluir o estabelecimento do seu parque

industrial. Após essa fase, a companhia iniciou, nas décadas de 1960 e 1970, um processo de exportações dos produtos para os Estados Unidos e de união à americana *Smith&Wesson*, cujos laços foram cortados em 1977. Desde então, a entidade tem tido relevância em ambos os países, sendo conhecida na América do Norte como o “Rei das Armas Baratas” e ocupando 90% do mercado brasileiro de acordo com o MPF-SE.

Apesar da relativa importância internacional, a Taurus se encontra em momentos de sérias dificuldades financeiras. A empresa apresenta patrimônio líquido negativo e uma geração de caixa 6,5 vezes menor do que o endividamento, de acordo com dados do Correio Brasiliense. Isso significa que a companhia é incapaz de quitar as próprias dívidas no curto prazo, ou seja, mesmo que todos os ativos fossem vendidos, o valor arrecadado ainda seria muito distante do valor déficit.

Além disso, conforme mostram materiais do site *Investing.com*, a companhia possui um Retorno sobre Investimento (ROI, indicador que calcula o quanto o investidor ganha a cada unidade monetária aplicada, por meio da razão da diferença entre o ganho obtido e o investimento pelo valor do investimento) de -54,99%, ou seja, a Taurus tem representado um prejuízo aos seus investidores. Assim, conforme mostra o gráfico abaixo, o lucro líquido da entidade tem se mostrado negativo nos últimos quatro anos, evidenciando a gravidade do quadro da mesma.

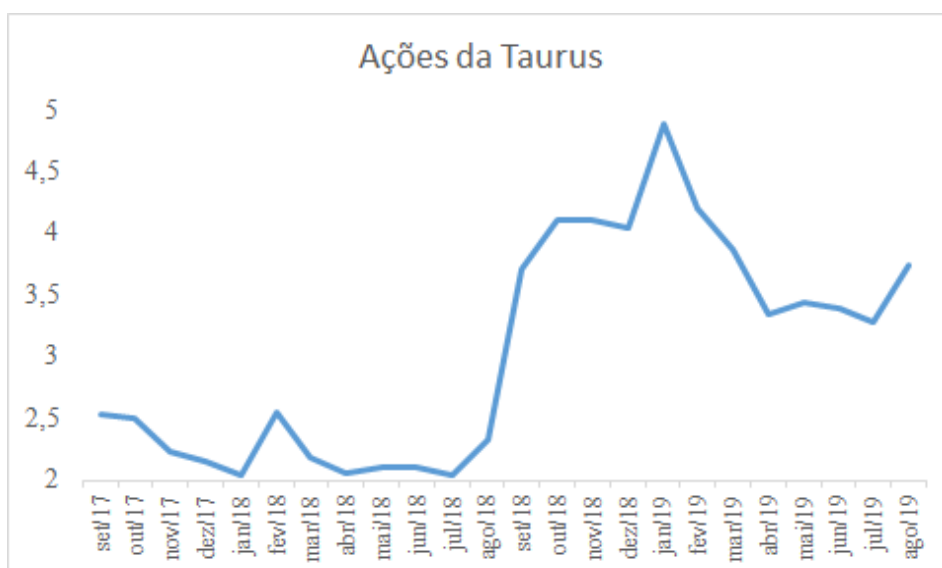


Fonte: Investing.com

Entretanto, a empresa passou por momentos de otimismo pontuais

recentemente. Conforme o gráfico abaixo, houve picos nos valores das ações da empresa no período das eleições presidenciais (por conta da vitória de Jair Bolsonaro, abertamente pró-armamentista) e no início de 2019, quando Bolsonaro assinou decreto que flexibiliza o processo de compra de armamentos, o qual será aprofundado posteriormente. Entretanto, tal ânimo se encerrou brevemente após declarações favoráveis à abertura do mercado por parte de membros do governo, entre eles o deputado federal (e filho do presidente) Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que, em seu Twitter publicou um vídeo no qual declara considerar “burra” a reserva de mercado, o que ocasionou a desvalorização da empresa na Bolsa de Valores. Além disso, nos Estados Unidos, a situação também está desfavorável.

Ademais, de acordo com uma matéria da Exame, durante as eleições de Donald Trump (notoriamente pró-armamentista), a *National Rifle Association* (NRA) - organização que visa defender o direito de posse e porte de armas dos cidadãos estadunidenses - iniciou uma campanha publicitária para que as pessoas acreditassem em um suposto risco de proibição das vendas de armas nos EUA. Essa propaganda levou a uma corrida dos consumidores às lojas na época, e apesar de positivo no curto prazo para a Taurus, fez com que as vendas posteriores caíssem. Somado a esse fator, a política norte-americana do governo Trump visa o protecionismo das indústrias e empresas americanas, de modo a promover restrições aos produtos exportados, o que trouxe grandes dificuldades à Taurus. Portanto, nota-se que a empresa precisará de grandes esforços para sair da crise e se manter nos mercados brasileiro e estadunidense.



Fonte: Investing.com

Além das questões relacionadas às finanças da empresa, é notória a problemática referente ao monopólio de 90% do mercado cedido à Taurus Armas pelo exército brasileiro (MPF-SE). São inúmeros os casos de acidentes no Brasil e nos Estados Unidos, os quais incluem ocorrências de disparos repentinos que feriram policiais treinados, cidadãos que estavam sendo abordados pelas forças policiais e usuários civis. Um dos casos notórios é o de Ivanaldo Gomes Alves, reportado em artigo do El País (2019), cuja pistola disparou inesperadamente quando o usuário se abaixou para buscar um objeto no chão, levando-o à morte instantânea. Tal acontecimento levou a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro a solicitar um estudo para verificar a segurança da Taurus PT 840 P (a mesma utilizada por Alves), e o resultado foi estarrecedor: das 20 pistolas utilizadas na pesquisa, 16 apresentaram defeitos, os quais foram desde falhas de disparo e ejeção a problemas de alimentação. Vale ressaltar que a gravidade é tamanha ao ponto de existir uma associação denominada Vítimas da Taurus, a qual busca reunir pessoas que sofreram acidentes e fazer *lobby* para quebrar o monopólio.

Como resposta a esses acontecimentos, o Ministério Público Federal de Sergipe pediu o fim do monopólio no mercado das armas. No Inquérito Civil Público nº 1.35.000.001312/2016-35, a instituição apresentou casos de 17 unidades federativas que tiveram problemas referentes à segurança dos produtos da Taurus. Entre elas estava o Estado do Amapá, cuja Polícia Civil possui um arsenal 98% composto por armamentos da empresa (sendo os outros 2% das CBC e IMBEL) e apresenta um quadro de inúmeros acidentes ocorridos desde 2008. Segundo o MPF-SE, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pediu uma indenização de \$11,6 milhões de reais à Taurus, sob a acusação de vender um lote de pistolas defeituosas à Polícia Civil do Distrito Federal em 2014 – sendo desse valor R\$ 10 milhões por dano moral coletivo e o restante por dano material ao poder público referente às pistolas compradas com defeito. Na perícia conduzida pelo Instituto de Criminalística da PCDF, as pistolas disparam sozinhas ao serem lançadas no chão, o que também ocorreu fora dos laboratórios, no cotidiano dos policiais, e acarretou em graves acidentes.

Somada à questão da periculosidade dos armamentos, os preços deles são notoriamente superiores aos da concorrência. No mesmo processo conduzido pelo MPF-SE, a entidade denuncia abusos nos valores, com o exemplo do modelo Taurus

Model 840.40 SW4, vendido nos Estados Unidos por cerca de U\$300, ou seja, cerca de R\$1200, mas fornecida aos órgãos brasileiros de segurança por R\$ 4.813,56, mesmo com isenção quase total de impostos e sem intermediação de lojistas. Assim, algumas entidades governamentais que compram passaram a buscar brechas na legislação para burlar o monopólio e adquirir armamentos importados mais baratos e de melhor qualidade. A exemplo disso tem-se a Polícia Militar de São Paulo, que conseguiu comprar em 2018 6.250 pistolas calibre .40 da Glock por US\$ 3,086 milhões (aproximadamente de R\$ 1.850 por unidade), o que só foi possível porque, devido ao mau funcionamento de 7 mil submetralhadoras adquiridas da Taurus em 2011 e nunca usadas, a Taurus ficou proibida de vender ao governo paulista por dois anos. Somado às questões de segurança, o tenente-coronel Marco Aurélio Valério, em entrevista à BBC News Brasil afirmou que a importação trouxe economia ao Estado. Isso fica evidente quando se analisa que o governo do Paraná comprou 2.800 pistolas calibre .40 da Taurus por R\$ 6,9 milhões (cerca de R\$ 2.500 por unidade), ou seja, o Estado sulista teve um gasto superior em 35% por unidade em relação ao desembolso do Estado paulista.

Esta situação caótica chegou nos meios políticos e, apesar dos anteriormente mencionados esforços de *lobby* da Taurus com vistas a impedir a retirada do monopólio, se tornou uma pauta destaque de diversos representantes, inclusive do próprio Presidente Jair Bolsonaro. O senador Major Olímpio (PSL-SP) criticou à BBC News Brasil o monopólio e afirmou a existência de influência da Taurus tanto no Legislativo e no Executivo quanto nas Forças Armadas, e explicitou a necessidade de possibilitar e incentivar a livre concorrência na cobertura das demandas públicas e privadas. Além do senador, em vídeo gravado em um encontro de policiais simpatizantes, o Presidente da República os aconselhou a não comprar armas até que fosse realizada a abertura do mercado, já que haveria a pretensão de publicar um decreto que anunciasse o fim do monopólio.

No outro lado do espectro, entretanto, o exército afirmou à BBC que a medida, além de gerar emprego e renda, visa fomentar a indústria nacional e desenvolver tecnologias e capacidades produtivas estratégicas. O órgão também ressaltou que possíveis mudanças desse tipo de políticas são responsabilidade dos poderes constitucionais.

5. Regulamentação: os diferentes tipos pelo mundo

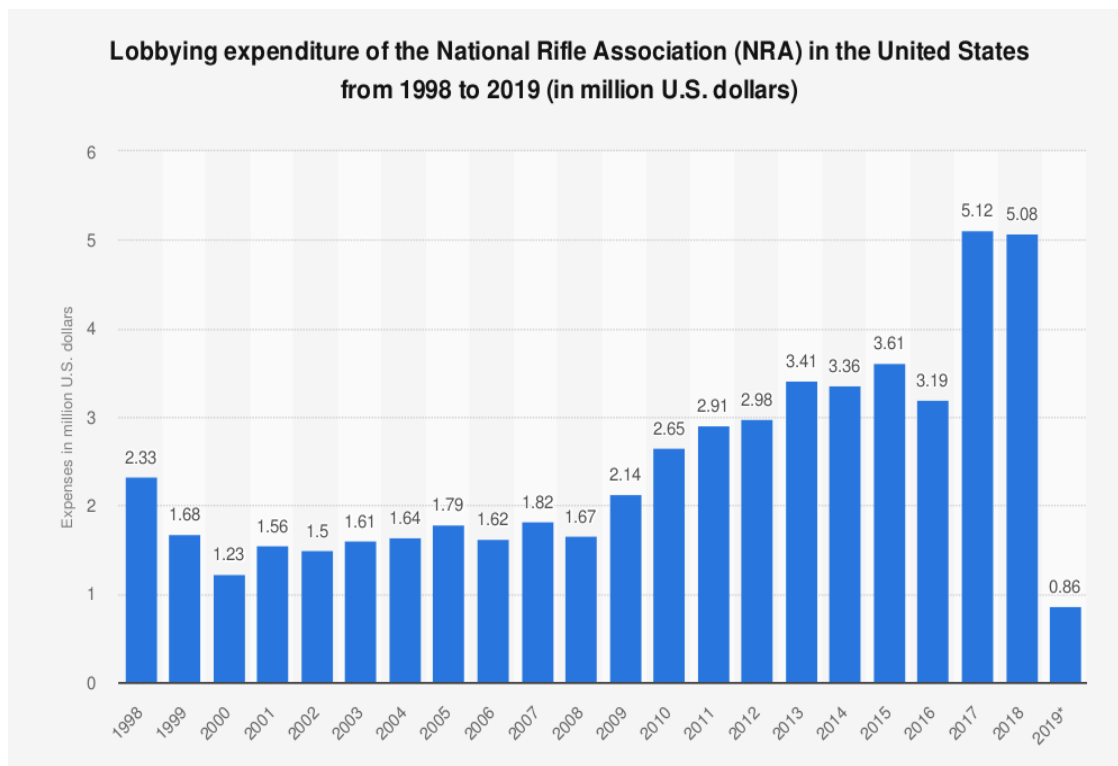
As classificações abordadas (permissivas, restritivas e emissárias) servem como parâmetro teórico para a análise das possíveis consequências da modificação de uma política mais restrita para uma mais liberal. A posse e o porte de armas de fogo irrestrito é um argumento predominantemente liberal, mas amplamente apoiado pelas bases conservadoras. Segundo eles, a portabilidade da arma de fogo pode ser mais eficaz em uma situação de autodefesa, em que, primordialmente, o indivíduo não teria como reagir. Os críticos citam diversos estudos para rebater essa hipótese e afirmam categoricamente que quanto mais armas nas mãos da população, maiores serão os índices de violência.

Este argumento contrário - o de que a armas geram mais violência na posse de civis - é usado como base para fundamentar as leis dos países que restringem o uso. Muitos desses países entendem que a melhor maneira de se diminuir a violência é reduzindo sistematicamente o quantitativo de armas em mãos da população. As medidas de controle são, geralmente, acompanhadas das chamadas PPE (Políticas Públicas para Educação). As políticas visam aumentar o grau de instrução escolar da população, possibilitando um maior leque de oportunidades empregatícias, além de investir na formação de cidadãos civis conscientes de seu papel como membros de suas respectivas comunidades. Um exemplo contundente é o caso da Nova Zelândia: os investimentos em educação são historicamente significativos, todavia, nos últimos anos, a atenção que o país vem dando para os recém ingressos na vida adulta e conseqüentemente no mercado de trabalho é maior comparativamente com os valores passados. Atreladas a isso, estão as medidas que, dados os acontecimentos recentes de massacres extremistas no país - 49 foram mortos no começo de 2019 em uma mesquita - limitam o acesso às armas de fogo.

A última classificação, e talvez a menos aparente nos debates, é a de países emissários responsáveis por emitir e dar acesso irrestrito a casos muito específicos e pouco corriqueiros no cotidiano de uma sociedade altamente globalizada. É o caso do Canadá, país responsável por fabricar e distribuir um dos maiores volumes da indústria armamentista com um fim: a caça, controle e autopreservação de animais selvagens. O país permite que você tenha acesso a uma gama gigantesca de armas desde que, observadas as devidas pertinências, você as utilize para, entre outros casos, proteger-se de animais selvagens que habitam o território. (MARGOLIS, 1992)

6. Os interessados e as tentativas de mudança

Como observado pelos pontos já percorridos, é possível reparar que existem muitos interesses comerciais tanto no que tange aos clamores de mudança de regime quanto no concernente àqueles que pedem a manutenção dos regimes atuais. Grandes empresas e associações têm interesses bilionários na manutenção da política americana, como a *National Rifle Association* e as fabricantes. (MAUSER, 1992)



Fonte: US Senate

Por outro lado, ONGs e institutos têm feito forte pressões para que as políticas restritivas, assim como no Brasil, não percam a validade. O termo *gun control* tem saído corriqueiramente na mídia e demonstra uma força do setor que tem investido pesado em ações de *marketing* para influenciar a opinião pública atreladas a ações de outros influenciadores, como músicos e atores de projeção global. Muitos países tradicionalmente armamentistas tem tomado posições mais duras com relação à regulação, como é o caso da Nova Zelândia, que em 2019 tomou medidas para restringir o acesso da população ao uso de armas de fogo.

No Brasil, é possível notar que a lei vigente que trata sobre o assunto, o Estatuto do Desarmamento, vem perdendo força e agentes políticos contrários - em sua maioria membros da "bancada da bala" - vêm atuando com intuito de derrubá-lo em busca de

constituir uma nova lei que seja mais flexível. Fica claro a partir desse texto que o Brasil tem uma lei rígida, mas não torna impossível a obtenção de uma arma. No país, uma série de decretos foram instituídos no ano de 2019 com intuito de modificar os regulamentos da posse e do porte, sendo eles: D9.685, D9.785, D9.797, D9.844, D9.846 e D9.845. Esses decretos têm sido acompanhados de projetos de lei *sub judice* que estão em trâmite.

A CF/1988 não trata diretamente sobre o tema e talvez esse seja o ponto chave da questão pois, ao não necessitar de uma emenda à constituição, o governo tem muito mais facilidade, além de uma chance de aprovação muito maior. As justificativas para essas tentativas de alteração têm variado entre os defensores: alguns defendem o direito à posse e ao porte, graças aos ideais liberais que definem a liberdade individual, enquanto outros acreditam que essa atitude possibilitará ao chamado “cidadão de bem” a capacidade de se defender de eventuais ocorrências e assim manter a sua integridade, da sua família e da sua propriedade.

Como visto, esses últimos argumentos são facilmente contestados por uma série de estudos realizados por instituições e universidades renomadas que atestam que a chance de o civil conseguir se defender de uma situação de enalço, mantendo sua integridade física é muito baixa. Esses cidadãos não recebem treinamento como agentes policiais e não são capazes de reagir seguramente aos diversos tipos de eventos criminosos que podem incidir sobre seu escopo social. Pelo contrário, em uma reação mal programada, as chances de óbito da vítima aumentam, de maneira que os índices de violência tendem a subir. (STROEBE, 2015)

Segundo Wolfgang Stroebe, da Utrecht University, a faceta de conseguir se defender de um assalto pelo simples fato de estar portando uma arma é, no mínimo, ilusória, dado que a outra parte provavelmente estará armada também. Um outro ponto muito polêmico é a questão regulatória, uma permissão sem regulação eficiente, quase uma distribuição, pode ocasionar mais frequentemente eventos como os que acontecem em países permissivos como os Estados Unidos, onde chacinas em escolas, igrejas, comércios e afins, por armas registradas são comuns nos noticiários. Paradoxalmente à realidade desses lugares, surgem e se fortalecem por todo mundo movimentos contra as políticas armamentistas.

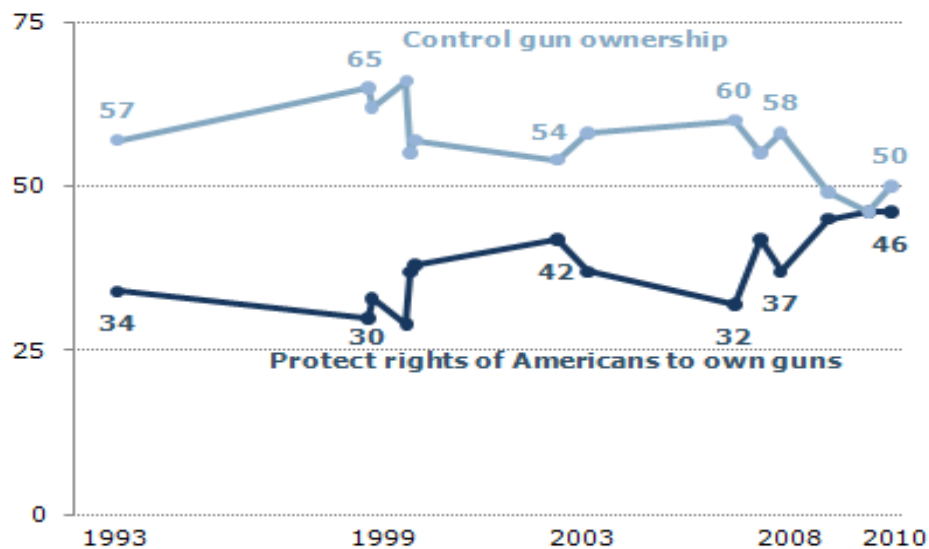
7. A nova tendência mundial

O desarmamento da população civil parece ser a nova tendência mundial. Muitos países, como a Nova Zelândia, têm procurado aprovar, com amplo apoio da população, políticas para restringir o acesso da mesma a munição e dispositivos letais. Nesses locais, onde a diversidade e as diferenças parecem ser mais bem aceitas, são considerados um afronte à sua cultura as chacinas que ocorrem por motivações de xenofobia, intolerância religiosa ou preconceito.

Existe uma cultura vigente de que o poderio letal deve estar sob o poder do Estado, o que suscita outro ponto: a monopolização do poder. Muitos dos estados-nação que têm promovido o desarmamento não o têm feito motivados por pressão popular ou por preocupação com o bem-estar individual e coletivo. O verdadeiro motivo está nas possíveis consequências futuras que uma população armada e organizada pode trazer. Uma revolução, por exemplo, é muito mais penosa quando não se possui qualquer poderio bélico do que quando é possível armar-se enquanto grupo. Esse fator oferece muito mais medo e apresenta uma resistência muito maior ao governo em questão.

Nos EUA, um dos maiores exemplos da atualidade, existe uma grande polarização entre os que defendem que o direito garantido pela constituição vigente seja mantido e aqueles que acreditam que os últimos acontecimentos das três décadas passadas já são o suficiente para que se tome partido e realizem uma mudança. Pela primeira vez em muito tempo, a parcela da população favorável ao chamado *gun control* é, por contraste, ligeiramente mais ativa do que a fatia que se diz contra. Esse movimento, no Brasil, vem acontecendo no sentido contrário, indo contramão do mundo. Nos últimos dois anos, a parcela da população favorável a políticas armamentistas cresceu, mas - em mesma proporção - cresceu o número de pessoas que se posiciona totalmente contra, encabeçados por instituições, como o Instituto Sou da Paz.

Public Divided About Gun Control



Fonte: Pew Research Center

Os posicionamentos, em posição de choque, demonstram países divididos. Até mesmo entre acadêmicos, o assunto é altamente polêmico - para Erik Hieda (2014), da Universidade de São Paulo: o papel do Estatuto do Desarmamento é vertente e a descontinuação implicaria numa perda irreparável para os índices de violência. Enquanto existem aqueles que defendem assiduamente as propostas do novo governo, a proposta é criticada pelo próprio grupo de liberais por usar o argumento de que as armas de fogo não podem ser vetadas porque isso fere a liberdade individual.

A questão econômica também pesa, como já tratado na decisão de abrir ou não o mercado e torná-la mais factível, já que, como apontado, existe um monopólio na produção de armas por parte da Taurus. O que se conclui aqui é que muitas variáveis têm atuado nesse campo e todas elas têm pesos muito distintos. Sendo assim, é improvável que haja uma decisão certa que gratifica a maior parte da população e seja longínqua.

8. A discussão final: quem são os beneficiados?

Não obstante, é valoroso observar quem é ou não beneficiado com esse novo movimento e se as pessoas que o apoiam o fazem por convicção ou porque foram conduzidas a isso. É importante frisar que esse debate vai muito além das questões ideológicas e dos espectros políticos. A própria bancada da bala, responsável pela

frente de batalha com relação a esses projetos, é bastante heterogênea possuindo deputados e senadores da esquerda e da direita.

O tema é altamente polêmico e ponto de origem para uma série de debates que serão, em grande parte, contaminados pela parcialidade inerente a qualquer ser humano. Contudo, o mais importante aqui é notar que muitas das experiências que o Brasil tem experimentado já foram realizadas em outros locais de maneira idêntica e verossímil. Os resultados dessas experiências podem e devem servir para guiar as discussões sobre a política armamentista no país e seus efeitos no curto, médio e longo prazo.

Por fim, não somente os fatores sociais devem ser observados. É de suma importância que os impactos econômicos sejam levados em consideração. O brasileiro com uma cesta típica terá a capacidade financeira de adquirir e manter uma arma em casa ou ademais, portá-la na rua? O Estado terá capacidade de avaliar psicologicamente todos os candidatos, de realizar todos os processos cabíveis e de fiscalizar de maneira responsável os detentores dessas autorizações a fim de que um “homem de bem” não mate outro “homem de bem”? Essas questões são muito pertinentes e passíveis de discussão, assim como todas as medidas já tomadas e as que ainda serão.

9. Conclusão

Esse artigo procurou evidenciar a dinâmica das políticas armamentistas global e brasileira nos últimos tempos. Nota-se que o debate em torno do assunto vem tomando novas proporções dados os incidentes que vêm ocorrendo com certa frequência em diversos locais do mundo. Um dos mais gritantes é o caso dos Estados Unidos, onde a política permissiva faz com que a maior parte da população tenha acesso quase irrestrito à posse e ao porte de armas.

Essa dinâmica vem tomando novas formas pelo mundo, com mudanças de projetos políticos no poder. No Brasil, existe atualmente toda uma comoção em torno do assunto, graças ao governo Bolsonaro e um certo êxtase em imaginar como pode ser um futuro com acesso mais frouxo a armas, em um mercado onde a Taurus não detenha o monopólio. Esse cenário promete sofrer muitas alterações até o final do mandato 2019-2022 e tornar a política armamentista brasileira um caso à parte.

Referências

- KILLICOAT, Phillip. *Weaponomics: The Economics of Small Arms*. CSAE WPS/2006-13, United Kingdom, v. 1, n. 7, p. 2-27, set./2006.
- MAUSER, GARY & MARGOLIS, M. (1992). *The Politics of Gun Control: Comparing Canadian and American Patterns*. *Environment and Planning C: Government and Policy*. 10. 189-209. 10.1068/c100189.
- STROEBE, Wolfgang. (2015). *Firearm Availability and Violent Death: The Need for a Culture Change in Attitudes toward Guns*. *Analyses of Social Issues and Public Policy*. n/a-n/a. 10.1111/asap.12100.
- CERQUEIRA, Daniel. *Armas de Fogo, Crimes e o Impacto do Estatuto do Desarmamento*. IPEA, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-14, ago./2015.
- O GLOBO. *Nova Zelândia vai restringir acesso a armas de fogo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/nova-zelandia-vai-restringir-acesso-armas-de-fogo-23531234>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- G1 NOTÍCIAS. *Ataques a mesquitas na Nova Zelândia: como são as leis de posse de armas no país*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/15/ataques-a-mesquitas-na-nova-zelandia-como-sao-as-leis-de-posse-de-armas-no-pais.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- LSE US CENTRE. *Opinião pública americana sobre o controle de armas permaneceu polarizada e politizada após o massacre de Sandy Hook*. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/usappblog/2015/05/28/american-public-opinion-about-gun-control-remained-polarized-and-politicized-in-the-wake-of-the-sandy-hook-mass-shooting/>. Acesso em: 26 ago. 2019.
- HIEDA, Erik Keiti. *Impacto do Estatuto do Desarmamento em saúde pública: Uma análise de indicadores de mortalidade e morbidade por causas externas no estado de São Paulo*. EACH: ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-43, jul./2014.
- @BOLSONAROSP. *Armas taurus defeituosas tem matado policiais e cidadãos. Apoiar o monopólio da taurus é manter o atraso do Brasil #fimdomonopóliotaurus*. Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/822963654811234306?lang=bg>. Acesso em: 29 set. 2019.
- ALESSI, Gil. *“A Ameaça Fatal Das Armas Que Disparam Sozinhas No Brasil e Nos EUA.”* EL PAÍS, 23 July 2019, brasil.elpais.com/brasil/2018/04/23/politica/1524496451_378897.html.
- BBC BRASIL. *'Monopólio da Taurus': policiais e grupos pró-armas querem que Bolsonaro abra mercado*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46940917>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- CORREIO BRAZILIENSE. *Endividada, Taurus Armas busca no exterior solução para crise*. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/01/17/internas_economia,731304/endividada-taurus-armas-busca-no-exterior-solucao-para-crise.shtml. Acesso em: 15 ago. 2019.

INVESTING.COM. **Forja Taurus PN.** Disponível em: <https://br.investing.com/equities/forja-taurus-pn-n2-financial-summary>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE. **Inquérito Civil Público nº 1.35.000.001312/2016-35 ACP nº 04/2017-MPF/PRSE/LNT.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/docs/acp-taurus>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **MPDFT pede indenização de 11,6 milhões à empresa Taurus.** Disponível em: <http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2019/10866-mpdft-pede-indenizacao-de-r-11-6-milhoes-a-empresa-taurus>. Acesso em: 6 ago. 2019.

A PÚBLICA. **A bancada da bala.** Disponível em: <https://apublica.org/2012/01/bancada-da-bala/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

BBC BRASIL. **'Monopólio da Taurus': policiais e grupos pró-armas querem que Bolsonaro abra mercado.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46940917>. Acesso em: 8 ago. 2019.

BBC BRASIL. **Livre comércio com os EUA? Por que um acordo Bolsonaro-Trump é mais complicado do que parece.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49213612>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CONSTITUTION.ORG. **Japanese Gun Control.** Disponível em: <https://www.constitution.org/2ll/2ndschol/64kjgc.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. **Endividada, Taurus Armas busca no exterior solução para crise.** Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/01/17/internas_economia,731304/endividada-taurus-armas-busca-no-exterior-solucao-para-crise.shtml. Acesso em: 15 ago. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. **Endividada, Taurus Armas busca no exterior solução para crise.** Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/01/17/internas_economia,731304/endividada-taurus-armas-busca-no-exterior-solucao-para-crise.shtml. Acesso em: 28 jul. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto de controle de armas de fogo.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/estatuto-de-controle-de-armas-de-fogo/index.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

EBC. **Estatuto do Desarmamento.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/estatutododesarmamento>. Acesso em: 19 ago. 2019.



- EL PAÍS. **Como era o Brasil quando as armas eram vendidas em shoppings e munição nas lojas de ferragem.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/25/politica/1508939191_181548.html. Acesso em: 28 jul. 2019.
- MAPA DA VIOLÊNCIA. **Mapa da violência 2015.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2019.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE. **Inquérito Civil Público nº 1.35.000.001312/2016-35 ACP nº 04/2017-MPF/PRSE/LNT.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/docs/acptaurus>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- O GLOBO. **Regras para posse de armas variam ao redor do mundo: EUA e Inglaterra são opostos.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/regras-para-posse-porte-de-armas-variavam-ao-redor-do-mundo-eua-inglaterra-sao-opostos-23381451>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- DESTAK JORNAL. **Dois lados apontam falhas na política armamentista.** Disponível em: <https://www.destakjornal.com.br/brasil/pelo-pais/amp/dois-lados-apontam-falhas-na-politica-armamentista>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- R7. **Nos EUA, indústria armamentista tem política como refém.** Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/nos-eua-industria-armamentista-tem-politica-como-refem-30032019?amp>. Acesso em: 21 jul. 2019.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto Controle de Armas de Fogo.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/estatuto-de-controle-de-armas-de-fogo/index.html>. Acesso em: 07 ago. 2019.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Estatuto.** Disponível em: <http://www.seguranca.gov.br/controle-de-armas/estatuto>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- JUSBRASIL. **Estatuto do controle de armas de fogo: solução ou ilusão?** Disponível em: <https://robsonsouto39.jusbrasil.com.br/artigos/266994387/estatuto-do-controle-de-armas-de-fogo-solucao-ou-ilusao/amp>. Acesso em: 27 jul. 2019.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. **Controle de armas.** Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/controle-de-armas-1>. Acesso em: 30 mai. 2019.
- MONEY TIMES. **Armas: Parecer flexibiliza porte e aumenta penas do Estatuto do Desarmamento.** Disponível em: <https://moneytimes.com.br/armas-parecer-flexibiliza-porte-e-aumenta-penas-do-estatuto-do-desarmamento/amp/>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- EL PAÍS. **Bolsonaro dá o primeiro passo para facilitar posse de arma.** Disponível em:

https://brasil.elpais.com/tag/estatuto_desarmamento_brasil. Acesso em: 17 jun. 2019.

GUN CONTROL. **Gun Control – Pros & Cons**. Disponível em: <https://gun-control.procon.org/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BBC NEWS. **US gun laws: Why it won't follow New Zealand's lead**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/amp/world-us-canada-41489552>. Acesso em: 23 jul. 2019.

OPEN SECRETS. **Gun Rights vs Gun Control**. Disponível em: <https://www.opensecrets.org/news/issues/guns>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BBC NEWS. **EUA se dividem entre restringir venda de armas ou armar ainda mais a população em resposta a ataques**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43071854>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BBC NEWS. **Como o Japão praticamente extinguiu as mortes por arma de fogo**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38530919>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BBC NEWS. **Cultura das armas nos EUA: oito gráficos que explicam o fenômeno**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41501743>. Acesso em: 18 jul. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; MANOEL, João. **Menos Armas, Menos Crimes**. IPEA, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-52, out./2019.

GUIA DO ESTUDANTE. **O Controle e Posse de Armas de Fogo no Brasil**. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-controle-de-armas-de-fogo-no-brasil/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

O GLOBO. **Regras para posse e porte de armas variam ao redor do mundo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/regras-para-posse-porte-de-armas-variavam-ao-redor-do-mundo-eua-inglaterra-sao-opostos-23381451>. Acesso em: 20 ago. 2019.